

# A Centelha

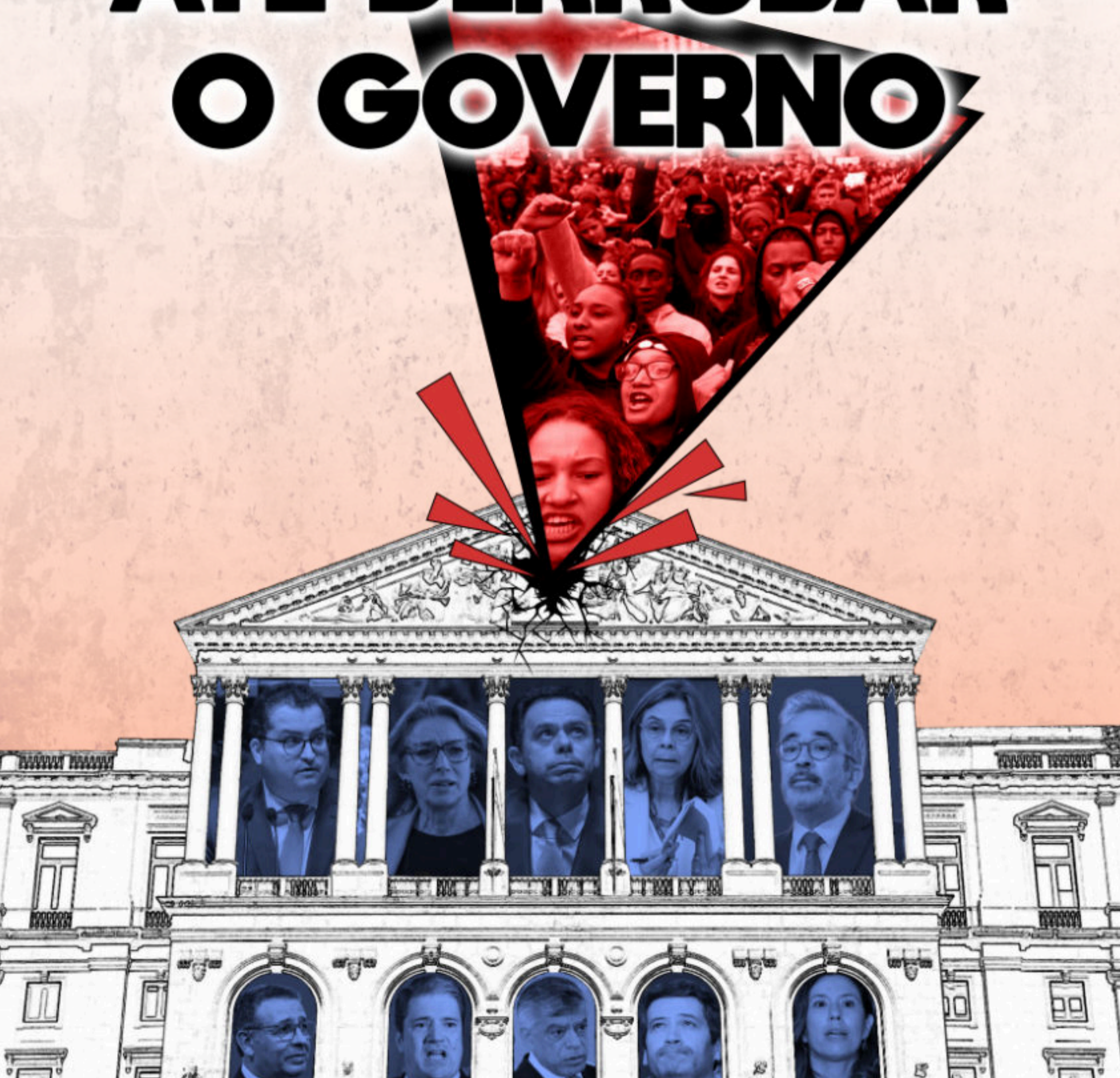


JORNAL DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Desafio Livre

Nº46 • MAIO/JUNHO • 2026

# GREVE GERAL ATÉ DERRUBAR O GOVERNO





## EDITORIAL | DOIS ANOS DE GOVERNO DE EXTREMA-DIREITA.

# CONTINUAR A GREVE GERAL COMBATIVA ATÉ O DERRUBAR!

Em abril a AD completou dois anos de governação. Sem dúvida data a celebrar com direito a champanhe por patrões e senhorios, para quem a AD tem governado despidoradamente e sem oposição consequente da esquerda institucional. Para nós trabalhadores, foram dois anos de ataques brutais que nos deixaram mais pobres e com menos direitos. Temos na greve geral a ferramenta capaz de derrubar este governo dos patrões e conquistar direitos. A histórica greve geral de 11 de dezembro mostrou que temos força para tal - só nos falta uma direção à altura. A greve geral de 3 de junho apresenta uma nova oportunidade de travar o pacote laboral, mas também de avançar na construção democrática de um plano de luta combativo e crescente capaz de derrotar o governo.

### Balanço de dois anos de governo AD: aliança com fascistas dentro e fora do país para atacar os trabalhadores

Há dois anos questionávamo-nos se o governo AD minoritário iria governar apoiando-se mais no PS, no Chega, ou negociando ora com um ora com outro. A resposta não tardou. Em poucos dias a AD esqueceu a discussão sobre as “linhas vermelhas” e aliou-se sem hesitação ao partido fascista Chega para atacar os trabalhadores imigrantes, mostrando representar fielmente a ala mais reacionária da burguesia em Portugal.

Em tempo recorde anunciaram e aprovaram em conjunto um pacote de medidas para restringir a imigração legal, que incluiu a extinção da manifestação de interesse. Criaram campos de concentração para imigrantes; a UNEF, polícia dos

imigrantes, que como a ICE estado-unidense leva a cabo rusgas para aterrorizar imigrantes; e a AIMA através da qual instituíram um pesadelo burocrático verdadeiramente kafkiano para manter os imigrantes sem documentos.

O seu maior ataque conjunto de então, a alteração à Lei da Nacionalidade, foi recentemente promulgado pelo novo PR António José Seguro. Aumenta de 5 para 7 anos o período de residência necessário para se adquirir a nacionalidade no caso de imigrantes dos PALOP ou UE e para os 10 anos no caso de imigrantes de outros países. Como explicamos em maior detalhe num recente artigo sobre os ataques do governo aos trabalhadores imigrantes, estas e outras medidas passadas em conjunto com o Chega como a Lei dos Estrangeiros e Lei do Retorno têm como objetivo manter os trabalhadores imigrantes na ilegalidade ou como cidadãos de 2ª categoria, de forma a serem mais facilmente explorados pelos patrões.

Com os resultados das eleições legislativas de há um ano, vitória à direita e à extrema-direita e derrota histórica à esquerda, o governo sentiu-se suficientemente confiante para alargar os ataques a toda a classe trabalhadora. Poucos meses depois, no verão passado, apresentaram o pacote laboral escrito pelos patrões para responder à sua necessidade de aumentarem lucros baseando-se numa maior exploração da força de trabalho: mais precariedade, jornadas de trabalho mais longas e menor organização sindical. O próprio direito à greve é posto em causa, ao ser boicotado pela exigência de uma percentagem fixa de serviços mínimos.

Este governo atacou-nos em todas as esferas das nossas vidas, estando sem

dúvida piores agora que há dois anos. Na habitação, implementou uma série de borlas fiscais para os rentistas e capitalistas que fez com que a especulação e os aumentos dos preços da habitação atingissem recordes históricos. No ensino, avançou na destruição do Ministério da Educação e Ciência, nos cortes no financiamento da investigação e na precarização dos professores. Na saúde, acentuou o subfinanciamento do SNS e entregou centros de saúde e hospitais a privados, resultando numa fuga de trabalhadores da saúde para o privado, mais urgências desestruturadas e fechadas e num aumento drástico das listas de espera, de partos em ambulâncias e de mortalidade.

O governo abandonou-nos completamente quando enfrentávamos as piores dificuldades. Durante os catastróficos incêndios do ano passado ou das tempestades do início deste ano, o governo deixou a população e autarquias afetadas completamente ao abandono, resultando em mortes e destruição completamente evitáveis. A esmagadora maioria das pessoas com casas danificadas pela tempestade Kristin continuam a morar nestas condições degradantes, sem lhes ser oferecida outra solução de habitação ou qualquer ajuda na reparação. Somos literalmente sacrificados por este governo em prol dos lucros da burguesia nacional e internacional. E ainda se aproveita da nossa desgraça para avançar com a sua agenda precarizadora, militarista, etc, como no caso do Programa Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência (PTRR), mascarando-o de ajuda à recuperação.

E agora mesmo, perante a guerra imperialista no Irão, quando os oligopólios das energias e da distribuição alimentar a usam como desculpa para especularem com

os preços muito acima dos verdadeiros custos — sendo Portugal o país da zona euro onde os preços mais subiram —, o governo não lançou uma única medida que pudesse aliviar os trabalhadores, mas garantiu a transferência de 600 milhões para a burguesia.

Nestes dois anos o governo tornou-nos mais pobres, com menos direitos, obrigou-nos a mudar para casas cada vez mais longe dos centros das cidades ou mesmo a vivermos em casas auto-construídas e destruiu os sistemas de saúde e educação dos quais dependemos. Por outro lado, multiplicou os benefícios ao grande capital e à pequena-burguesia. Graças a isto, as empresas da bolsa portuguesa alcançaram lucros recorde em 2025 e os 10% mais ricos detêm agora mais de 60% da riqueza nacional.

Também no plano internacional, o governo da AD se aliou aos governos fascista de Israel e fascizante dos EUA nos seus objetivos imperialistas. Recusou-se a cortar todas as relações com o Estado sionista de Israel enquanto cometia genocídio do povo palestino — e agora também do povo libanês. À NATO, comprometeu-se a gastar 2% do PIB em defesa logo em 2025, pedindo para tal um empréstimo de 5,8 mil milhões, dinheiro que faz muita falta à saúde, educação e habitação públicas. Na guerra contra o Irão a AD deu um passo adiante na vassalagem a estes governos permitindo a utilização da base das lajes para lançarem os seus ataques mortais — incluindo de drones assassinos — contra civis inocentes no Irão. Pretendem aumentar os efetivos militares nalguns milhares e, se os deixarmos, sacrificarão entusiasticamente a juventude portuguesa pelos interesses do imperialismo

estado-unidense ou europeu.

A derrota do reformismo era inevitável perante a crescente crise capitalista. As burguesias ocidentais em declínio, face ao avanço do bloco imperialista liderado pela China, colocam cada vez mais as suas fichas na extrema-direita e no fascismo: lideradas pelo trumpismo estado-unidense, todas as formações políticas ocidentais de direita estão a girar à extrema-direita. O PSD não é exceção, tendo adotado o discurso e programa trumpista e do Chega na íntegra. Não pode mais ser designado de “direita tradicional”. Este é, sem sombra de dúvidas, um governo de extrema-direita — dos patrões e senhorios, do militarismo e da guerra, de vassalagem ao imperialismo estado-unidense.

A sua aliança com o Chega e as políticas e discursos anti-trabalhistas, anti-imigrantes, machistas e queerfóbicas — como o ataque recente à autodeterminação de género — têm promovido o crescimento da extrema-direita e do fascismo em Portugal, bem como um aumento drástico de crimes de ódio e violência contra imigrantes, mulheres e pessoas queer. A última aliança do PSD com o Chega, de proporem listas conjuntas aos órgãos externos do Parlamento — o que permitiu ao Chega nomear um juiz para o Tribunal Constitucional e eleger dois representantes para o Conselho Superior da Magistratura e um deputado para o Conselho Superior de Segurança — abre caminho a mais ataques.

Não podemos mais admitir toda esta violência sob a nossa classe. A luta de massas consequente na rua é o único caminho para derrotar o governo de extrema-direita e o fascismo!

#### **Construir uma greve geral democrática e combativa para derrubar o governo do capital e o fascismo!**

Abandonados pela social-democracia e esquerda reformista, a classe trabalhadora tomou nas suas mãos a tarefa de se opor a este governo. Foi a pressão da classe trabalhadora que obrigou as burocracias sindicais a convocar a greve geral de 11 de dezembro. Uma greve histórica em que os três milhões de trabalhadores que aderiram demonstraram não apenas a rejeição total do pacote laboral mas do governo do capital e à extrema-direita. As grandes mobilizações do 25 de Abril e 1º de Maio deste ano, com mensagens anti-fascistas e anti-governo, foram nova prova da força e vontade da nossa classe em derrotar não

apenas o pacote laboral, mas este governo do capital e os fascistas.

A resolução da CGTP e o discurso do seu secretário-geral Tiago Oliveira deste 1º de Maio não deixam margens para dúvidas: o governo é “inimigo dos trabalhadores”, leva a cabo uma “ofensiva contra os trabalhadores” e uma “política de assalto aos direitos fundamentais”. Estamos de acordo. Mas então, porque insistem apenas numa greve geral defensiva focada em derrubar o pacote laboral? A principal organização dos trabalhadores não deveria fazer de tudo para derrubar um governo que caracteriza desta forma? Claro que sim. De facto, querer derrotar o pacote laboral mas manter o governo é permitir que os ataques continuem sobre outra forma.

A questão é que o PCP, que lidera politicamente a CGTP, respeita as “regras da democracia burguesa” escritas pela classe dominante, segundo as quais o governo se decide com um voto num papel a cada 4 anos e a luta sindical se cinge às questões económicas. Recusam-se a utilizar a greve geral para construir uma luta política capaz de derrubar o governo, quanto mais para ultrapassar o podre sistema capitalista. Já a burguesia não tem qualquer problema em mudar o regime político para defender os seus interesses de classe. A História está pejada de exemplos de guerras imperialistas e golpes de Estado levados a cabo para instaurar regimes como ditaduras fascistas quando a classe trabalhadora se levanta e coloca em causa os interesses das burguesias imperialistas e nacionais. Faz este mês 100 anos que um destes golpes foi levado a cabo em Portugal, mergulhando a classe trabalhadora numa longa noite fascista que durou quase 50 anos e da qual foi acordada graças à luta dos seus irmãos em África.

Estas direções burocráticas têm também um receio infundado: que a queda deste governo reforce a extrema-direita e possa inclusive trazer um governo do Chega. Uma visão pessimista de quem não confia na classe trabalhadora nem compreende o potencial de uma greve geral combativa em revitalizar as organizações e movimentos de esquerda. Se o fascismo avançou em Portugal foi precisamente porque durante anos a esquerda abdicou de fazer oposição nas ruas aos governos de António Costa - que governou para o grande capital - e no primeiro ano e meio de Montenegro - que normalizou e adotou o programa do Chega - enquanto vivíamos cada vez pior e ficámos cada vez mais pobres. Quando as massas trabalhadoras se põem em marcha nas ruas varrem os fascistas. Mas para tal,

precisam de uma direção com um programa e métodos corretos, que acredite na classe trabalhadora e na sua capacidade de derrubar o pacote laboral, o governo, o sistema capitalista...

Em primeiro lugar, é preciso unir toda a classe trabalhadora. Um quarto dos trabalhadores em Portugal são imigrantes e tanto sindicatos como partidos de esquerda mostram escassa vontade em organizá-los ou defender os seus direitos de forma consequente. É imperdoável que a CGTP continue calada perante os ataques do governo a esta importante camada da classe trabalhadora e não inclua nenhuma das suas reivindicações na greve geral. Trazer os nossos irmãos imigrantes para a luta significa produzir materiais nas suas línguas, ir ao seu encontro e adotar as suas reivindicações para a greve geral: exigir a revogação das Leis da Nacionalidade, dos Estrangeiros e do Retorno; a regularização de todos os trabalhadores imigrantes; a abolição imediata da AIMA e das forças policiais racistas e fascistas que os agridem em esquadras e os traficam no Alentejo.

Logo depois é preciso usar os métodos democráticos da nossa classe. A greve geral não pode ser encarada como um único dia de luta convocado de cima para baixo pela burocracia. Tem de ser um processo construído ao longo de meses, discutido pelas bases em comités de greve e plenários que juntem todos os trabalhadores de cada local de trabalho, sem sectarismo, sem divisões de nacionalidade, de que empresa trabalham ou que tipo de contratos têm. Discutir o caderno reivindicativo, o planeamento das ações nos dias de greve, a construção de um fundo de luta... É nestas discussões que se convecem os trabalhadores hesitantes, que se consegue garantir uma grande participação na greve geral e que nenhum trabalhador fique isolado na sua participação e seja depois vítima das represálias dos patrões. Tudo isto faz com que nós trabalhadores tomemos nas nossas mãos a construção da greve, aumenta a nossa consciência política e a confiança em nós próprios, na nossa força enquanto classe.

É igualmente necessário um programa de transição capaz de entusiasmar toda a classe trabalhadora e que nos indique o caminho a seguir mesmo após a queda do pacote laboral (e do governo). Exigir a revogação das leis laborais dos tempos da Troika, o reforço dos direitos laborais, o aumento do SMN para 1600€ para termos uma vida digna, o aumento do financiamento do SNS e Educação, a expropriação das casas nas mãos de bancos

e fundos imobiliários para termos todos as casas para viver, a nacionalização da banca e dos sectores económicos fundamentais sob o controlo da nossa classe para democratizar a produção e podermos controlar os preços, rejeitar a guerra imperialista e reverter os milhões investidos na guerra para os serviços públicos...

Só uma greve geral construída por todos, de forma democrática e com reivindicações avançadas pode derrotar o pacote laboral e o governo. Apelamos a que todos os trabalhadores construam a greve geral de 3 de junho de forma democrática em cada local de trabalho e a ela adiram em massa! Devemos colocar todas as nossas forças em derrotar o pacote laboral neste dia, como um primeiro passo na derrota do governo. Mas não desanimaremos se o pacote laboral não cair e for a votação no Parlamento. Quer o pacote laboral caia, quer não, devemos encarar este dia como mais um degrau na construção de um plano de luta cada vez mais potente. E por isso todos os trabalhadores devem construir e manter comités de greve e plenários a funcionar para além do dia 3, e eleger delegados que, num comité de greve nacional, possam discutir um plano de luta crescente, uma greve geral de 48 horas ou mais até derrotarmos o governo e conquistarmos as nossas reivindicações. Estes comités serão as fundações do futuro governo dos trabalhadores.

A resposta a um sistema que nos arrasta para o fascismo, as guerras imperialistas, o genocídio, as pandemias e o desastre ecológico só pode vir da luta consequente de massas e da construção de uma direção revolucionária que tenha como objetivo o socialismo.

#### **Todos à greve geral de 3 de junho! Construí-la de forma democrática em todos os locais de trabalho!**

#### **Conceber um plano de luta crescente até derrubar o governo, conquistar direitos e travar o fascismo!**

#### **Junta-te à Esquerda Revolucionária!**

**IMIGRANTES E NACIONAIS**

**ORGANIZAR PARA  
DERRUBAR O GOVERNO**

**ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA @ESQREVPT**





# Ultrapassar o sindicalismo burocrático, construir uma nova **GREVE GERAL DEMOCRÁTICA E COMBATIVA!**

## Esquerda Revolucionária

A greve geral de 11 de dezembro, convocada em conjunto pela CGTP e UGT, foi histórica: três milhões de trabalhadores paralisaram o país, demonstrando sem margem para dúvidas a rejeição generalizada ao pacote laboral e restantes ataques do governo da AD.

A força da classe trabalhadora obrigou a CGTP a convocar nova Greve Geral para 3 de Junho. Mas desde 11 de dezembro as centrais sindicais não fizeram nenhum esforço para organizar os trabalhadores nos locais de trabalho de forma a escalar a combatividade. As direções sindicais subordinam completamente a luta às negociações da concertação social em porta fechada. Métodos anti-democráticos e capitulantes que só podem trazer miséria para a classe trabalhadora.

O objetivo das greves e manifestações longe de fazer avançar a organização e consciência da classe trabalhadora é pervertido pelas burocracias sindicais, torna-se um escape de pressão e uma forma de avançarem com os seus interesses burocráticos.

É preciso ultrapassar estas direções burocráticas e construir uma nova greve geral combativa, democrática e de classe contra a ofensiva dos patrões e do seu governo.

## Como chegámos até aqui?

A Intersindical, precursora da CGTP, é fundada em 1970 sob fortíssima influência do PCP. Após o 25 de Abril de 1974 o objetivo do PCP foi estabilizar o novo regime em vez de fazer avançar a Revolução, e por isso aceita integrar governo burgueses e se opõe à criação de um órgão superior das comissões de trabalhadores, ou seja, à criação de órgãos de poder da classe trabalhadora. A atividade da CGTP estava subordinada a estes objetivos

políticos, opondo os seus sindicatos às comissões de trabalhadores nas empresas e, denunciando greves que não controlava e formas de luta mais radicais como “contra-revolucionárias”.

Neste ponto do desenvolvimento capitalista, a classe dominante já há várias décadas tinha entendido — e confirmado na prática nos países capitalistas mais desenvolvidos — que para assegurar a estabilidade do seu regime era desejável — e perfeitamente possível — controlar as direções sindicais. Investe por isso muitos recursos económicos e esforços políticos nos sindicatos. Como maior exemplo temos a Greve Geral de 1926 no Reino Unido, que foi traída pela direção do Trades Union Congress ligado ao partido trabalhista.

Como não bastasse a conivência da CGTP, em Portugal a burguesia criou uma central sindical em 1979 através do PS e PPD, a UGT. Nas décadas seguintes, apesar de sempre ter sido minoritária em relação à CGTP, a UGT teve o importante papel de legitimar a Concertação Social e aí assinar por baixo as contra-reformas dos patrões.

O Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) é criado em 1984 para acorrentar as centrais sindicais ao Estado, corroer a sua independência financeira — passando a receber financiamento público enquanto centrais sindicais representadas —, fazer da negociação à porta fechada em vez da luta de ruas o seu principal modo de operação, e aproximar as suas direções ao patronato. Tudo isto se aprofunda com a criação de uma teia cada vez maior de órgãos estatais nos quais são enredilhadas — como o Instituto do Emprego e Formação Profissional, para o qual prestam cursos de formação a troco de subvenções.

Com cada vez menos sócios — a taxa de sindicalização em Portugal caiu de 60% em 1976 para 7% hoje — e com o avanço da precariedade e a queda real dos salários, a importância do financiamento estatal para as centrais é cada vez maior face às quotas

dos sócios. Também o fundo de luta, que permite aos trabalhadores manterem uma greve por vários dias, foi descurado ou completamente abandonado por vários sindicatos. Ao cederem a sua independência financeira os sindicatos cedem, também, a sua independência política.

O aparato sindical, agora em coordenação permanente com a patronal, tem assim as condições objetivas mais favoráveis para se separar da massa da classe trabalhadora, desfrutar de privilégios e ser assimilado. Assim se vão desenvolvendo as burocracias sindicais, com interesses materiais claros na manutenção do status quo. Estas burocracias não vêem o Estado burguês como uma ferramenta da burguesia mas como um moderador, um árbitro neutro entre os interesses do proletariado e da burguesia, para elas conciliáveis. Os sindicatos passam a ser um fim em si mesmo, com o objetivo de manter a “paz social”.

As burocracias passam a servir para gerir as frustrações das suas bases com ações que permitam libertar alguma pressão mas sem oferecer uma oposição consequente aos ataques do patronato. As táticas são diversas: reivindicações recuadas, greves locais ou regionais em vez de nacionais, greves de um único dia, desconvocação de greves assim que as empresas aceitam meramente reunir... Em suma, afastar a luta dos locais de trabalho e das ruas encaminhando-a para as instituições do Estado onde a burguesia tem sempre a vantagem de jogar em casa, como a concertação social, a Autoridade para as Condições do Trabalho, tribunais ou parlamento. Alguns sindicatos degeneraram ao ponto de não passarem de mediadores entre os seus sócios e escritórios de advogados, onde a luta coletiva foi completamente abandonada em prol da resolução individual pelas vias legalistas.

Com a Revolução Portuguesa a classe trabalhadora conquistou o direito à greve,

grandes aumentos salariais e o salário mínimo nacional, contratos de trabalho e contratação coletiva, igualdade de género no trabalho, subsídio de desemprego, baixa médica, licença de parentalidade e pensão de reforma. Volvidos 52 anos o resultado do reformismo e sindicalismo burocrático está à vista: somos um país de trabalhadores precários, com salários de miséria e sob risco de perdemos todos estes direitos - inclusive o da greve! - perante o avanço do pacote laboral e restante ofensiva do governo dos patrões.

## O papel do partido revolucionário face ao sindicalismo

Conquistar uma vida digna e sem exploração implica arrancar o poder das mãos da burguesia e colocá-lo nas nossas mãos, dos trabalhadores. Tal nunca poderá ser conseguido por via de reformas, senão pela via revolucionária. E para tal será necessário um partido revolucionário experiente, com métodos e um programa corretos e influência sobre as massas da classe trabalhadora. Essa influência deve ser conquistada em todas as esferas da luta de classes, dos movimentos sociais aos sindicatos.

Se a burguesia tem como objetivo liquidar os sindicatos como órgãos da luta de classes, a tarefa da vanguarda revolucionária consiste em conduzir uma luta capaz de garantir a total independência de classe dos sindicatos e o controlo efetivo dos trabalhadores sobre os sindicatos. O partido revolucionário através dos seus membros procura dotar os sindicalistas de um programa de independência de classe e integrá-los no combate pelo socialismo, arrancando-os da influência da burocracia.

A colaboração de classes, a rendição face ao patronato e a falta de democracia interna descredibilizou as direções burocráticas perante muitos trabalhadores, que saíram desmoralizados destes sindicatos

ou deram o passo de criar sindicatos independentes. Mas se é verdade que os sindicatos das centrais desempenham um papel reacionário devido às suas direções, não é menos verdade que continuam a englobar milhares de trabalhadores. Como disse Trotsky “não basta oferecer [às massas] outro lugar aonde se dirigem, é preciso ir buscá-las onde estão e guiá-las”.

Os sindicatos independentes podem jogar um papel em determinados setores e contextos, mas regra geral são um atalho que não substitui o trabalho paciente e militante pela conquista dos trabalhadores dentro dos sindicatos maioritários para um sindicalismo revolucionário. E de facto, sem uma direção revolucionária, não será a independência face às centrais sindicais que preservará estes sindicatos da influência da burguesia.

É claro que a atividade sindical por melhorias económicas e laborais enfrenta limites objetivos e o sindicalismo revolucionário é incapaz de resolver os problemas fundamentais da classe trabalhadora. A emancipação dos trabalhadores não se pode realizar fábrica a fábrica, empresa a empresa. Se a classe trabalhadora quer colocar a economia sob o seu controlo e libertar-se da exploração do capital tem de conquistar o poder político.

É preciso que em cada fábrica, em cada local de trabalho haja um grupo de trabalhadores ligados indissolivelmente pelas ideias do partido revolucionário e que sejam capazes, no momento decisivo e graças à sua ação unânime, arrastar as massas atrás de si, de mostrar o caminho correto para assegurar a sua vitória.

### Construir uma Greve Geral combativa!

De momento em Portugal só existem pequeníssimos embriões de partidos revolucionários, com pouca ou nenhuma influência sindical. Mas por isso mesmo devemos procurar todas as oportunidades para participar no movimento sindical. A experiência do movimento operário a nível internacional mostra-nos que as greves gerais podem alcançar vitórias mesmo em situações que não são imediatamente revolucionárias e abrir caminho para uma maior influência das organizações revolucionárias.

Ao adquirir uma dimensão nacional e parar toda a economia uma greve geral representa um grande desafio para qualquer regime porque coloca a questão: que classe deve governar, a burguesia composta por um punhado de parasitas ou a classe trabalhadora que tudo produz? Claro está, quanto mais durar no tempo, quanto mais avançar nas suas exigências, mais expostas ficam as contradições do sistema capitalista e dos seus gestores à esquerda - sindicatos e partidos, que são obrigados a posicionar-se e a mostrar os seus limites.

O sucesso de uma greve geral vai depender da qualidade da sua direção. Sem uma direção revolucionária experiente e com uma classe trabalhadora deseducada durante décadas pelas burocracias sindicais, dificilmente podemos esperar que uma greve consiga todos os seus objetivos. Mas mesmo greves gerais burocráticas podem conseguir cedências perante uma grande instabilidade social. O papel dos revolucionários é fazer avançar a consciência dos trabalhadores com exigências, programa e métodos que demonstrem a incapacidade de se conseguirem ganhos para a classe trabalhadora sem chocar com a burguesia, o seu sistema e a sua propriedade privada, e que revelem a traição das direções burocráticas e dos partidos reformistas

quando defenderem a última. Assim se cria uma grande oportunidade para conquistar as camadas mais avançadas para o marxismo.

A convocatória de uma greve geral para 11 de dezembro do ano passado apanhou de surpresa milhares de trabalhadores. Em certas circunstâncias mesmo as burocracias sindicais sentem pressão suficiente para convocar uma greve geral. Compreendem inclusive que o ataque atual aos direitos sindicais representa uma ameaça direta aos seus interesses. Mas boicotam a greve de uma série de formas para evitar que saia do seu controlo.

Imposta e organizada de cima para baixo pela burocracia, os trabalhadores não tiveram agência na sua construção mesmo nos poucos locais de trabalho onde foi discutida. Mas a esmagadora maioria dos trabalhadores nem uma visita ao seu local de trabalho mereceu dos sindicatos, ficando a greve por discutir, o que fez com que dezenas de milhares de trabalhadores não tenham feito greve por medo de represálias dos patrões, reduzindo o poder da greve.

Marcaram-se manifestações para todos os distritos em vez de se fazerem manifestações massivas nas duas ou três principais cidades do país. Em Lisboa a manifestação foi convocada para o minúsculo Largo de São Domingos e o trajeto feito por ruas estreitas até acabar em frente à AR onde não cabia toda a gente, quando seria necessário começar no Marquês do Pombal, descer a ampla Avenida da Liberdade e no final encher a Praça do Comércio. Decisões tomadas de forma consciente pela burocracia para fragmentar a força da classe trabalhadora.

Foi por serem burocráticas que as greves gerais dos últimos 52 anos foram inconsequentes em travar todas as contrarreformas da burguesia, incluindo as do governo de Passos Coelho, e abriram caminho para este novo e brutal ataque. Não podemos deixar que a burocracia boicote uma nova greve geral e que deixe o pacote laboral ir à Assembleia da República que, composta em dois terços pela extrema-direita, o passará.

Os trabalhadores mais avançados têm de começar já a construir a greve geral de 3 de junho pelas bases, discutindo com os colegas de trabalho, convencendo-os da necessidade de formarem — ultrapassando os burocratas se necessário — comités de greve e plenários que juntem todos os

trabalhadores de cada local de trabalho, sem sectarismos, sem olhar a categorias profissionais, empresa para a qual trabalhem ou tipo de contratos que tenham. Todos os elementos da participação na greve devem ser discutidos e planeados em detalhe: que palavras de ordem defendem; que faixas e pancartas pintam; como se deslocam; a importância do piquete de greve para convencer outros trabalhadores e impedir fura-greves e a que horas o organizam; que laços, discussões e entre-ajuda podem estabelecer com outros trabalhadores das suas imediações; quanto dinheiro conseguem para um fundo de luta que os permita manter em greve por vários dias, etc. Só assim se pode garantir uma grande e consciente participação na próxima greve, e que nenhum trabalhador sofra represálias do patrão por participar de forma isolada.

Ter como principal objetivo da greve geral, mais que a queda do pacote laboral, a queda deste governo é essencial. Um governo que leva a cabo uma brutal ofensiva laboral e sindical; com ataques aos nossos irmãos imigrantes que lhes retiram direitos e os empurram para condições de escravatura; que apoia ativamente a guerra imperialista dos EUA e Israel ao Irão - igualmente rechaçada pela população - cedendo a Base das Lages para aeronaves e drones assassinos que vão matar civis inocentes; que já antes disso havia apoiado o genocídio do povo palestino; que investe milhares de milhões em armamento ao mesmo tempo que nos condena à morte ao subfinanciar o SNS e se desresponsabilizar das catástrofes climáticas; que avança em todos os terrenos para colocar a classe trabalhadora a pagar a nova crise capitalista com um programa com o qual não foi a eleições... Tudo isto horroriza a grande maioria de nós trabalhadores e tem o nosso maior repúdio! Mesmo pelos ridículos parâmetros “democráticos” da burguesia, é um governo que não reúne as mínimas condições para governar.

Certas camadas da esquerda têm o receio de que a queda deste governo reforce a extrema-direita e possa mesmo trazer um governo do Chega. Mas abdicar de fazer oposição ao governo e deixá-lo adoptar e normalizar o programa do Chega é precisamente o que tem feito e continuará a fazer avançar o fascismo. O fascismo não se discute nem se combate através dos órgãos do Estado como o parlamento —

onde pelo contrário cada vez mais se infiltram —, mas esmaga-se através da mobilização das massas trabalhadoras como a greve geral.

Uma greve geral combativa deve avançar, a par da queda do pacote laboral, com as exigências da revogação das políticas racistas e queerfóbicas avançadas pelo governo AD e pelo Chega para atacar e dividir a classe trabalhadora, a conquista de direitos laborais e democráticos para todos, o aumento de salários e o financiamento dos serviços públicos, conseguir casas para viver, reconstruir as zonas afetadas pelas tempestades e rejeitar a guerra imperialista. Não é um sonho longínquo — tudo isto é possível expropriando os meios de produção à burguesia e gerindo-os nós trabalhadores de forma democrática.

**Todos à Greve Geral de 3 de Junho para derrubar o governo, conquistar direitos e travar a guerra!**

**Construir a Greve Geral de forma democrática em todos os locais de trabalho!**

**Junta-te à Esquerda Revolucionária!**



# TRUMP E NETANYAHU FRACASSAM MILITAR E POLITICAMENTE NA SUA GUERRA CONTRA O IRÃO



## Esquerda Revolucionária Internacional

Poucas horas depois de gelar o sangue a milhões de pessoas com uma ameaça que nenhum criminoso imperialista se tinha atrevido a lançar desde 2ª Guerra Mundial, “esta noite morrerá uma civilização”, Donald Trump viu-se obrigado a declarar o cessar-fogo e a abrir uma negociação com o Irão.

Digam o que disserem este genocida e o seu aliado sionista, e independentemente do resultado das negociações, este recuo tem uma leitura muito clara. A guerra imperialista que o imperialismo estado-unidense e o regime fascista sionista desencadearam a 28 de fevereiro virou-se contra eles e o saldo, de momento, é uma derrota evidente.

## Trump e o imperialismo dos EUA contra as cordas

As condições que servirão de ponto de partida para a negociação em Islamabad, e que são as apresentadas por Teerão, mostram sem qualquer margem para dúvidas até que ponto os Estados Unidos tiveram de recuar. Cessação de todos os ataques contra o Irão; controlo conjunto de Estreito de Ormuz pelo Irão e Omã (os dois países que o estreito atravessa) e pagamento a Teerão de uma taxa às petrolíferas e às companhias de navegação que o utilizam para reconstruir as infraestruturas destruídas; reparações de guerra por parte dos agressores; compromisso destes — apoiadas e ratificadas pela Organização das Nações Unidas — de que não haverão novos ataques, e levantamento das sanções e restrições aos planos de enriquecimento de urânio iranianos impostas pelo imperialismo estado-unidense.

Por muito que Trump tente apresentar a abertura do estreito como uma vitória, isso não convence ninguém. Ormuz já estava

aberto, e foi precisamente a guerra que lançou que provocou o seu fecho. Mas, além disso, a sua reabertura atual, sob claro controlo do Irão, nem sequer significa um regresso à situação anterior, mas sim uma demonstração de força e uma vitória para Teerão.

A histeria com que o cessar-fogo foi recebido por parte de Israel é um bom indicador da dimensão do golpe que sofreram. Poucas horas depois de Washington o ter declarado, Benjamin Netanyahu lançou a ofensiva mais letal contra o Líbano desde o início da guerra, assassinando mais de 300 pessoas em poucos minutos.

O vice-presidente estado-unidense J. D. Vance e outros representantes dos Estados Unidos apoiaram publicamente a agressão sionista. Trump classificou-a cinicamente como uma “escaramuça à parte”, demonstrando uma vez mais o seu desprezo absoluto pela vida humana e que está muito habituado a faltar à palavra dada.

Mas o Irão respondeu imediatamente: voltou a atacar o Kuwait, os Emirados Árabes Unidos, o Catar e voltou a fechar Ormuz, deixando claro que o cessar-fogo e a negociação eram “inviáveis se não incluíssem o Líbano e o Hezbollah”.

Praticamente todos os aliados tradicionais dos EUA, começando pelos do Médio Oriente e seguindo pela União Europeia, Canadá e Japão, exigiram publicamente a inclusão do Líbano no cessar das hostilidades e na negociação. Trump obrigou Netanyahu a reunir-se com o Governo libanês enquanto lhe pedia que “baixasse um pouco” os ataques e os levasse a cabo com “mais dissimulação”. Mas o Irão insistiu que, se estes continuarem, no seu território ou no Líbano, Ormuz continuará fechado.

Toda esta sucessão de acontecimentos mostra os enormes obstáculos a um possível acordo de paz. Mas também evidencia que os EUA e Israel estão num labirinto de que

não sabem como sair e que não se encontram num bom momento para impor as suas condições.

## A situação em Israel

O projeto racista e supremacista do Grande Israel conta com o apoio do conjunto da burguesia israelita, que obtém lucros muito importantes com a produção de armas, com as tecnologias da informação ligadas à guerra e com a brutal opressão sobre a população palestina em Gaza e na Cisjordânia.

Os capitalistas sionistas aguardavam com grande expectativa o negócio turístico e imobiliário que tinham desenhado para Gaza e o sul do Líbano com o patrocínio do capital estado-unidense e mundial. Mas a guerra está a adiar e a pôr em causa esses planos, alimentando as tensões dentro da classe dominante.

Todas as sondagens apontam para uma possível derrota de Netanyahu nas eleições da segunda metade do ano, mas nenhuma das formações burguesas da oposição critica o seu Governo por atacar o Irão e invadir o Líbano, mas sim pela sua “aceitação do cessar-fogo” sem “ter alcançado os objetivos”. Por sua vez, a autodenominada esquerda sionista, embora reflita o mal-estar e a inquietação perante o prolongamento da guerra, acompanha essas críticas com elogios constantes ao exército, mantendo o seu apoio à ocupação e ao projeto supremacista.

Apesar disso, e da total censura de informações, o impasse da guerra e a rejeição internacional da mesma estão a ter impacto. Os drones e os mísseis do Irão e do Hezbollah caem todos os dias, pondo em causa o discurso triunfalista do Governo. O Ministério da Saúde israelita reconhece 19 mortos e 7.451 feridos, embora provavelmente sejam bastante mais.

O orçamento militar representa já quase 10% do PIB e o genocídio em Gaza

consumiu 80 mil milhões de dólares entre 2023 e 2025, com um custo semanal de 600 milhões que a ofensiva contra o Irão e o Líbano elevou para o dobro. Os cortes na saúde, educação e noutras despesas sociais para sustentar o militarismo sionista estão a alimentar um crescente descontentamento social.

## A economia mundial à beira do abismo

Washington e Tel Aviv possuem a máquina de destruição e morte mais brutal que a História conheceu. Demonstraram-no ao perpetrar um holocausto contra o povo palestino em Gaza e na Cisjordânia que, não o esqueçamos, continua sob a farsa do seu plano de paz com o aval da comunidade internacional e a passividade da China e da Rússia.

Essa máquina militar matou, em pouco mais de um mês, 4.500 pessoas (entre o Irão e o Líbano), causou milhares de feridos e expulsou das suas casas mais de um milhão de pessoas. Segundo o próprio exército estado-unidense, foram destruídos 13.000 alvos militares e civis apenas em território iraniano. Mas, dos objetivos políticos, económicos e geoestratégicos que tinham com esta guerra, não alcançaram nenhum.

A economia mundial vacila perante “o maior risco para a segurança energética da história”, como explica o presidente da Agência Internacional de Energia (AIE), Fatih Birol: “A quantidade de petróleo e gás natural que perdemos é maior do que a que se perdeu nas duas grandes crises do petróleo dos anos setenta e maior do que a escassez de gás russo após a invasão russa da Ucrânia. Esta crise é maior do que essas três crises históricas juntas. Não se trata apenas de petróleo e gás. Produtos fundamentais como fertilizantes, petroquímicos ou hélio também são afetados, o que terá implicações relevantes nas cadeias de abastecimento globais.

Mesmo quando a crise terminar, o mercado não voltará a ser como antes. Os riscos de segurança no Médio Oriente continuarão muito presentes para governos e indústrias de todo o mundo.”

Os mesmos mercados financeiros que lucraram com o genocídio palestino e esfregavam as mãos durante os primeiros momentos desta guerra com os ganhos do sector militar e energético, pressionam agora desesperadamente para que Donald Trump lhe ponha fim.

Segundo um estudo do ING baseado nas previsões de resultados das maiores empresas do mundo, uma subida prolongada dos preços do gás e do petróleo e o aumento das taxas de juro reduziria para metade os dividendos por ação: dos 19% e 15,6% previstos para 2026 e 2027, para 10% e 8%, respetivamente.

Uma extensão do conflito poderia impactar os mercados, gerando uma cascata de choques que culminaria numa recessão mundial. “Quando o preço do petróleo for suficientemente elevado, os mercados bolsistas entrarão em colapso, o que provocará uma recessão mundial”, advertiu Andy Xie, antigo chefe da divisão asiática do Morgan Stanley. “Na Ásia, onde o impacto da guerra já se começa a sentir, o Banco do Japão confirma (...) que a guerra do Irão já está a ter impacto nas contas das empresas (...)”.

### China e Rússia reforçadas pela guerra, e também o regime dos aiatolás

O fiasco militar, a instabilidade geopolítica, a sangria de recursos económicos e a rejeição social desta guerra colocaram um dúvida a capacidade dos Estados Unidos para continuarem a desempenhar o papel de potência hegemónica capaz de impor respeito aos seus adversários e garantir segurança e estabilidade aos seus aliados.

Como puderam comprovar as monarquias reacionárias do Golfo Pérsico, incluindo os paraísos financeiros do Dubai e Abu Dhabi, já não existem garantias sérias de proteção sob a ala de Donald Trump. Pela primeira vez veem seriamente ameaçados os alicerces do seu poder, e já nada será igual.

Pelo contrário, o regime dos aiatolás viu-se — pelo menos por agora — claramente reforçado. Como já assinalámos em declarações anteriores, trata-se de uma ditadura teocrática profundamente reacionária, um inimigo declarado da classe trabalhadora que oprime brutalmente as mulheres, a comunidade queer e as minorias nacionais, que persegue ferozmente a esquerda, e particularmente as forças comunistas há décadas, e que não hesita em reprimir de forma sangrenta as manifestações populares.

Mas as bombas de Trump e de Netanyahu provocaram um fechar de fileiras com o regime e uma profunda indignação e rejeição no povo iraniano. Perfeitamente lógico. Tentar apagar da face da Terra a civilização persa, desprezar de forma tão colonial o orgulho nacional iraniano, galvanizou o sentimento de resistência ativa entre a população. Exatamente o contrário do que acontece dentro dos Estados Unidos.

As massas iranianas estão a ver de forma clara e concreta que do imperialismo e do sionismo apenas podem esperar morte, miséria e mais opressão. A única esperança para elas é uma revolução baseada na sua auto-organização e ação direta e num programa socialista que exproprie a burguesia e a elite militar, burocrática e religiosa que controla a terra e os grandes bancos e empresas.

A par do regime iraniano, a China e a

Rússia saem reforçadas na sua influência política e económica, e experimentarão um impulso ainda maior nos próximos meses e anos. A decadência, a impotência e o desespero que transmite o imperialismo estado-unidense — que já ninguém nega — representam a maior ameaça à estabilidade do sistema.

Moscovo aumentou exponencialmente as suas receitas devido à escalada dos preços do gás e do petróleo, ao mesmo tempo que reafirma a sua vitória na guerra da Ucrânia e consolida as suas áreas de influência mais próximas e outras que considera estratégicas em África. Os efeitos económicos da guerra reabriram o debate na União Europeia sobre a compra de gás à Rússia e a necessidade de marcar distâncias em relação a Washington neste e noutros temas.

Por seu lado, a China reivindicou a sua posição como potência capitalista que aspira à hegemonia. Do ponto de vista económico e diplomático, apresenta-se como um parceiro fiável que oferece estabilidade e acordos comerciais e investimentos em vez de bombas, mísseis, tarifas e ameaças.

Mas esta guerra também está a representar um salto qualitativo do ponto de vista do seu potencial militar. A superioridade económica e tecnológica do bloco liderado pela China e pela Rússia está a ter tradução no campo de batalha. Embora, para já, Pequim e Moscovo pareçam continuar a apostar que a superioridade económica e o desgaste dos Estados Unidos lhes proporcionarão uma posição de liderança mundial num curto espaço de tempo — evitando tanto quanto possível uma confrontação armada direta —, o seu apoio ao Irão nesta guerra, especialmente em meios logísticos, tecnológicos e no fornecimento de armamento, diz tudo.

O Irão respondeu militarmente com um recurso massivo a drones e mísseis, muito mais baratos, e em quantidades tão avassaladoras que provocaram uma grave crise na capacidade dos Estados Unidos e de Israel para repor o seu arsenal ao ritmo necessário, especialmente de interceptores, fundamentais para os seus sistemas defensivos.

A resistência iraniana abriu uma enorme brecha nas finanças dos atacantes, que não conseguem aumentar os recursos e os fornecimentos para alcançar um desfecho favorável a curto prazo. E se tivermos em conta todos estes fatores, e acrescentarmos a incerteza de uma recessão profunda, é

inevitável que as contradições e divisões internas do império estado-unidense se agudizem.

### O inimigo principal de Trump está em casa

Este é um ponto-chave que forçou Donald Trump a dar um passo atrás e a aceitar as condições de Teerão para negociar. A oposição interna à guerra cresceu com força, e as mobilizações de massas contra a agenda reacionária e totalitária do presidente tornam-se cada vez maiores.

A 28 de março, as manifestações do No Kings protests reuniram mais de sete milhões de pessoas em mais de 3.000 cidades. E nelas ecoaram as palavras de ordem contra o ICE, as políticas racistas e totalitárias, e o Não à Guerra.

A milhares de quilómetros, a imagem de milhares de homens e mulheres iranianos a organizar cadeias humanas em torno de centrais elétricas e instalações nucleares que Trump e Benjamin Netanyahu prometiam arrasar teve impacto em milhões de trabalhadores e jovens nos Estados Unidos e noutros países.

Neste contexto, a tentativa destes genocidas de desencadear um holocausto como o de Gaza no Irão, um país com 92 milhões de habitantes, é evidente que poderia provocar um levantamento de massas. Assim o fizeram saber amigos e inimigos. As vozes a exigir a remoção de Trump por incapacidade mental dispararam, incluindo figuras destacadas do movimento MAGA, refletindo a oposição massiva à guerra.

Trump fracassou no seu plano de derrubar o regime dos aiatolás para se apoderar do controlo do gás, do petróleo e de outras riquezas do Irão. Também não conseguiu dar a volta decisiva à escalada militar no Médio Oriente, infligindo uma derrota com graves consequências à China e à Rússia, nem enfraquecer de forma decisiva a sua influência numa região de enorme importância geoestratégica.

A guerra virou-se contra Washington. Cada dia de conflito lhes custou mais de mil milhões de dólares. Mas todo este desperdício colossal de recursos continuou sem se traduzir em qualquer vantagem militar decisiva no terreno. Pelo contrário, todos os planos que fizeram para tentar alterar a dinâmica militar — a hipotética tomada da ilha de Jarg, bombardeamentos

contra centrais elétricas, infraestruturas de gás e petróleo — tiveram de ser adiados por receio de uma resposta equivalente de Teerão contra as monarquias do Golfo e pelas dúvidas quanto ao facto de, longe de garantir a vitória, poderem provocar um resultado ainda mais catastrófico para a economia mundial.

As pressões de setores decisivos da classe dominante estado-unidense e dos seus aliados para recuar, abrir esta negociação e sair do Irão o mais rapidamente possível são enormes. Mas não será fácil. Um acordo nos termos propostos por Teerão deixaria o imperialismo estado-unidense completamente exposto, provocaria uma crise maior na NATO e abriria caminho a uma derrota eleitoral dos candidatos trumpistas nas eleições intercalares. Qualquer solução é negativa para os interesses de Washington.

Um dos principais obstáculos na negociação será a questão do Líbano. Mas Washington tem meios para pressionar Tel Aviv e estabelecer algum tipo de acordo, o que não impedirá que o regime sionista volte a atacar assim que tiver oportunidade.

A embriaguez de sucesso após massacrar impunemente o povo palestino e apoderar-se do controlo da Venezuela com tanta facilidade foi um fator importante no momento e na forma como Trump e Netanyahu decidiram lançar esta guerra. Mas as causas que alimentam a escalada militarista e supremacista dos Estados Unidos têm raízes na crise interna e na decadência do capitalismo estado-unidense.

O extraordinário movimento de massas da juventude e da classe trabalhadora estado-unidense, e a derrota nesta guerra, podem ser a sepultura política de Trump, e isso significaria também um golpe tremendo para a extrema-direita em todo o mundo.

Não é possível estabelecer uma perspectiva fechada sobre o que acontecerá nas próximas semanas, se o cessar-fogo se consolidará e se os bombardeamentos deixarão de se ouvir no Líbano e no Irão. Mas uma coisa é indiscutível. A agressão imperialista dos Estados Unidos e de Israel voltou a abalar a consciência de milhões em todo o mundo e está a servir de escola política para toda uma geração que não está disposta a suportar esta barbárie. Nestas condições, as ideias da revolução socialista não deixarão de florescer.





# Contra os ataques aos trabalhadores imigrantes, **UNIDADE DE CLASSE NA CONSTRUÇÃO DA NOVA GREVE GERAL!**

Miguel Askatasunera - Esquerda  
Revolucionária

## Incluir os trabalhadores imigrantes e as suas exigências na construção da nova greve geral!

Os dois anos de governo da AD têm sido marcados por repetidos ataques à classe trabalhadora. Perante as flutuações erráticas dos mercados globais, a burguesia portuguesa agarra-se desesperadamente aos seus lucros, procurando aumentar a sua exploração da classe trabalhadora, e conta com este governo dos patrões para lhe facilitar a tarefa.

Os trabalhadores imigrantes têm sido o principal alvo desta ofensiva. A retirada de direitos a estes trabalhadores provou-se o caminho de menor resistência para baixar os salários e atacar os direitos de toda a classe trabalhadora em Portugal, para além de a dividir em linhas nacionais, desviando a indignação legítima dos explorados da luta contra os patrões e senhorios para outros trabalhadores, tornados bodes expiatórios da degradação das condições de vida.

Ao contrário do que insiste a extrema-direita, a imigração não é a causa de nenhum dos problemas que aflige a classe trabalhadora em Portugal, mas sim a precarização e baixos salários impostos pelos capitalistas, a financeirização da habitação pela banca e grandes fundos imobiliários, e a restante inflação pelos grandes capitalistas do retalho, etc. São os interesses de classe em ter uma vida digna e sem exploração que nos devem unir, a todos os trabalhadores, em acabar com o sistema capitalistas, acima de qualquer

construção social criada para nos dividir.

## A economia portuguesa e a classe trabalhadora imigrante

O fenómeno da imigração em Portugal, embora sempre tenha existido, sofreu uma mudança quantitativa ao longo da última década. Entre 2017 e 2024, a população imigrante em Portugal quadruplicou, atingindo os 1.5 milhões de pessoas, quase 10% da população.

Por trás desta mudança na estrutura social da classe trabalhadora, está o desenvolvimento da economia ao longo desse mesmo período. A recuperação económica que se deu após os anos de crise e austeridade, começando em 2015 com a entrada no poder do PS de António Costa e o governo da geringonça, foi construída à base do crescimento do turismo, da exportação de serviços, em particular ligados aos call centers, e da especulação imobiliária.

A imigração veio em resposta ao aumento substancial da procura de mão-de-obra nesse período, em particular nos setores imobiliários (crescimento de 107%), na informação e comunicação (103%), no alojamento e restauração (69%), na agricultura e pesca (68%) e na construção (57%).

Este facto confirma-se por ser nestes mesmos setores que têm hoje uma maior percentagem de trabalhadores estrangeiros: agricultura e pesca (53%), atividades administrativas, que inclui limpeza (40%), alojamento e restauração (39%), e construção (36%). Mais de metade dos trabalhadores imigrantes em Portugal trabalham nestes setores, comparado com menos de 30% dos trabalhadores portugueses.

Mas nem todos os empregos são criados

de iguais e, na maioria destes setores, os novos postos de trabalho criados foram precários. Em 2023, 80% dos 110 mil empregos criados num ano tinham sido contratos a termo e relações laborais instáveis, em particular nos setores da restauração, alojamento e construção civil, os mesmos setores que predominam o trabalho imigrante. E de facto, confirma-se que cerca de 35% dos trabalhadores imigrantes em Portugal mantém contratos temporários, comparados com cerca de 15% do total da classe trabalhadora em Portugal - tudo isto dados oficiais que haverão de ser largamente superados na realidade irregularizada do país.

Foi o crescimento económico da década passada, construído no trabalho precarizado, que levou à onda de imigração que criou a classe trabalhadora imigrante que temos hoje. Mas uma economia construída no turismo, no trabalho offshore, como os call centers, e na especulação está construída sobre a areia.

A crise do capitalismo português é uma realidade inescapável, e que terá muito maior impacto no futuro da imigração do que qualquer manobra legislativa. A realidade é que, perante a escalada do custo de vida e os salários baixos, que já nem competem com os oferecidos no Brasil, país de origem da maior comunidade imigrante em Portugal, as motivações materiais para a onda migratória já deixaram de existir e, de facto, o saldo migratório já caiu para quase metade nos últimos dois anos.

Esta análise panorâmica é necessária para entender a força motriz que leva a extrema-direita, dentro e fora do governo, na sua ação legislativa anti-imigrante: não é para pôr fim a uma onda de imigração à qual a ruína económica já tirou o fôlego, mas para tornar a vida dos trabalhadores imigrantes que já estão em Portugal mais

difícil e mais precária, tudo para que patrões baixem os salários e aumentem lucros.

## A legislação anti-imigrante do governo dos patrões

Desde que chegou ao poder, em abril de 2024, Luís Montenegro tem liderado um governo de ataque implacável na sua campanha contra a classe trabalhadora. A joia desta coroa é o pacote laboral, com dezenas de medidas que visam precarizar ainda mais os trabalhadores em Portugal. Contra os trabalhadores imigrantes, especificamente, houve três grandes ataques legislativos ao longo dos últimos dois anos.

A **Lei dos Estrangeiros**, que entrou em vigor em outubro de 2025, limita os vistos de procura de trabalho a “trabalhadores altamente qualificados”, restringe a possibilidade do reagrupamento familiar, e impede cidadãos da CPLP de entrarem no país sem visto e pedirem já em território nacional autorização de residência. A nova lei serve também para dificultar o acesso dos imigrantes à justiça, ao colocar a obrigação de provar – antes de se poder sequer entrar com ação judicial contra a AIMA – que houve um “prejuízo grave”, para além de permitir ao juiz rejeitar ações legítimas com base na falta de capacidade de resposta da AIMA.

A **Lei da Nacionalidade**, que foi aprovada pela maioria de direita na Assembleia da República em abril de 2026, torna o acesso à nacionalidade portuguesa por trabalhadores estrangeiros residentes no país mais difícil, e mais exigente até do que vários países europeus como a França, Alemanha, Bélgica e mesmo Suécia. Mas o aspeto mais controverso desta lei é a possibilidade de desnaturalização, a perda da nacionalidade como sanção acessória a uma pena de prisão efetiva igual ou superior

a 5 anos por crimes praticados nos 15 anos após se ter obtido a nacionalidade.

Por fim, há a **Lei do Retorno**, cujo diploma já foi aprovado em Conselho de Ministros, mas que ainda não passou na Assembleia da República. Este pacote de medidas prepara-se para facilitar o regime de “afastamento coercivo”, ou seja, de deportação, de imigrantes, alargando os prazos máximos de detenção em “centros de instalação temporária”, em tudo semelhantes aos infames campos de concentração dos ICE nos EUA, de 2 para 18 meses, enquanto se reduzem as possibilidades e os prazos para se apresentarem recursos legais contra a deportação. Também se planeia abolir a notificação de abandono voluntário, que dá 20 dias a um imigrante notificado para abandonar o país, e passar diretamente ao regime de abandono coercivo, ou seja, de detenção imediata e sem recurso.

Todas estas contrarreformas desenvolvem no mesmo sentido: cortar os direitos e a segurança jurídica dos imigrantes, forçando-os à clandestinidade e à obediência, impedindo-os de se baterem, junto com os seus irmãos de classe, por melhores condições, contra uma burguesia que os procura explorar até ao tutano. Estas medidas não têm outro propósito senão dificultar os trabalhadores imigrantes de melhorar as suas condições de vida, lutar pelos seus direitos, e de viverem uma vida plena e digna em Portugal, com participação na sua vida política. Medidas que só servem para beneficiar os patrões, para os quais se torna agora muito mais fácil explorar os seus trabalhadores sem que estes tenham como se defender.

Isso fica perfeitamente demonstrado na extinção da manifestação de interesse, que permitia a trabalhadores imigrantes, já presentes em Portugal sem visto regularizado, iniciar o processo de obter autorização de residência já em território nacional. Foi substituída pela chamada “via verde da imigração”, um programa exclusivo para as grandes empresas (com mais de 150 trabalhadores e mais de 25 milhões de euros em negócios anuais) e para as associações patronais. Os patrões ficam responsáveis pelo alojamento do trabalhador, considerado “remuneração em espécie”. Um regime que coloca a vida do trabalhador nas mãos do empregador, ficando toda a sua vida dependente do contrato de trabalho, e o seu salário vindo na forma de alojamento e alimentação,

como se de um servo feudal se tratasse!

Torna-se impraticável, perante a sua ação legislativa, tentar distinguir o governo de Luís Montenegro de um governo de extrema-direita. A viragem do PSD para a extrema-direita, seguindo ao encaço do Chega e das camadas mais reacionárias da burguesia que a suportam, está completa. Tudo o que têm a oferecer à classe trabalhadora em Portugal, nacional ou imigrante, são mais cortes e mais perdas de direitos. Se permitirmos que este governo continue, os ataques seguir-se-ão e ficarão cada vez mais violentos. Torna-se clara e urgente a necessidade de o derrubar.

### Um regime de terror policial e burocrático

Este Governo tem liderado, paralelamente à sua atividade legislativa, uma autêntica campanha de terror policial contra as comunidades imigrantes, em particular na Grande Lisboa. A rusga da PSP à rua do Benfornoso, em dezembro de 2024, em que centenas de pessoas, maioritariamente trabalhadores imigrantes, se viram assediados pela polícia durante horas afim, foi um tiro de partida. Ao longo de 2025, a PSP, herdando as competências do SEF, realizou 94 operações policiais na Área Metropolitana de Lisboa, resultando na fiscalização de 6785 estrangeiros, 30 detenções por permanência ilegal e outros ilícitos, e 99 notificações para abandono voluntário.

A estas operações de assédio público juntam-se as torturas que tomam lugar dentro das esquadras. A investigação feita à esquadra do Rato, em que já 9 agentes foram presos por envolvimento nos casos de tortura e violação a dois homens sem-abrigo, continuam a revelar vítimas, na sua generalidade pessoas sem-abrigo, toxicod dependentes e imigrantes, a quem todo o tipo de torturas e humilhações foram cometidas com impunidade. Longe de ser um caso isolado, já se revelou que vídeos dessas agressões foram partilhados amplamente em grupos de polícias, onde dezenas viram e se regozijaram com os atos dos seus colegas. O caso da esquadra do Rato é, sem dúvida, apenas a ponta do iceberg da violência sistémica e selvagem que a polícia faz prática quotidiana contra os elementos mais vulneráveis da sociedade, incluindo os trabalhadores imigrantes.

Ao mesmo tempo, antecipa-se já os efeitos da Lei do Retorno, que servirá de

base legal para manter imigrantes detidos por períodos prolongados nos chamados “centros de instalação temporária”, ou CIP, com 30 milhões de euros tendo já sido investidos para construir dois novos centros, um em Lisboa e outro no Porto, ao qual se acrescentam, como medida temporária, 800 mil euros gastos para comprar “módulos pré-fabricados”, ou seja, contentores, para albergar famílias imigrantes detidas até abrirem os novos CIP. A própria escolha de contentores como uma alternativa aceitável demonstra as condições que serão de esperar nestes futuros centros.

Ao longo de 2025, 23 mil trabalhadores imigrantes receberam notificação para abandono voluntário do país, 18 mil dos quais no espaço de semanas, entre abril e maio desse ano. Foram dezenas de milhares, muitos dos quais já viviam em Portugal há anos, a quem foram dados 20 dias para tratar dos seus assuntos e sair de Portugal, um prazo cruelmente curto, e que se planeia cortar por completo.

A velocidade furiosa e implacável com que a AIMA processou centenas de milhares de processos, e notificou dezenas de milhares para saírem do país, contrasta com a inércia com que lidam com os trabalhadores imigrantes que tentam, por iniciativa própria, regularizar a sua situação. As imagens de pessoas a fazer fila a noite toda para poderem ser atendidas, a dormir no chão para garantir o seu lugar, incluindo idosos e mães a amamentar, apenas para serem tratados por burocratas obtusos, que tentam arranjar qualquer oportunidade para lhes negar a consulta e os “despachar”, não podem deixar de nos causar indignação.

Este tratamento desumano dos trabalhadores imigrantes não pode ser explicado por mera ineficiência de recursos – trata-se de conscientemente dificultar o processo através do qual um imigrante possa regularizar a sua situação, de maneira a deixá-lo mais vulnerável à violência policial e à exploração laboral. É uma máquina que está a desempenhar perfeitamente a sua verdadeira tarefa, e que serve lindamente os interesses dos patrões.

### Imigrantes e nacionais – greve geral até derrubar o governo!

A resposta que a esquerda institucional tem dado aos ataques do governo aos imigrantes tem sido claramente insuficiente. Entre apelos aos valores “democratas cristãos” de Marcelo Rebelo de Sousa, para que vetasse as leis anti-imigrante do Governo – que, previsivelmente, foram ignoradas – e para que juizes individuais “moderassem” a aplicação da lei, não recorrendo às sentenças desumanas de desnaturalização e deportação que as novas leis lhes permitem, como se não fosse a casta de juizes consistentemente uma das camadas mais reacionárias do aparato estatal burguês.

Torna-se também inadmissível, perante o papel que as forças policiais têm em executar a violência racista do Estado contra os trabalhadores imigrantes, que partidos de esquerda, em particular o PCP, continuem a defender os seus interesses, e que as centrais sindicais continuem a aceitar sindicatos da polícia. Polícias não são “trabalhadores como os outros” mas sim cães raivosos do capital, e melhorar as condições com que desempenham as funções de proteger a propriedade privada, perseguir imigrantes e quebrar greves, é impedir que a classe trabalhadora tenha melhores condições para se organizar e conquistar o poder para si.

Os resultados de dois anos de tal oposição a este governo demonstram-se por si só: leis

cada vez mais violentas, rusgas policiais e processos burocráticos cada vez mais agressivos, e um florescer do tráfico humano, da escravatura em território nacional. Não serve de nada pedir favores a este governo dos patrões. Se queremos pôr fim aos seus abusos, temos de ser nós trabalhadores a lutar até o derrubar.

Os trabalhadores imigrantes representam 24% da força de trabalho ativa em Portugal. Trata-se de uma camada da nossa classe imprescindível para a organização da luta contra este governo que procura facilitar a exploração de todos os trabalhadores. Esta realidade, em particular em setores como a agricultura, em que os trabalhadores imigrantes são maioritários, tem levado a alguns sindicatos fazerem esforços para distribuir informação aos trabalhadores traduzida para inglês e para as suas línguas nativas, e a eleger delegados sindicais de entre as comunidades imigrantes.

Esses esforços devem ser redobrados, e as ligações entre os sindicatos, as organizações de esquerda combativa e as comunidades migrantes devem ser reforçadas, através da abertura destes grupos à entrada de trabalhadores mais conscientes e militantes nas suas bases, e da sua formação enquanto dirigentes.

E neste momento crítico em que a classe trabalhadora em Portugal – nacional e imigrante – enfrenta o pacote laboral, o mais agressivo ataque do Governo a todos os trabalhadores desde que chegou ao poder, é acima de tudo importante conseguir unir a classe trabalhadora, incluindo os trabalhadores imigrantes, no apelo à greve geral. Os elementos mais conscientes da nossa classe devem agitar incessantemente por uma greve geral combativa, uma greve geral revolucionária, construída desde as bases e imposta às direções que se recusam a cumprir o seu dever. Uma greve geral que se mantenha até forçar a queda deste governo dos patrões.

A classe trabalhadora em Portugal enfrenta neste governo um inimigo feroz. A única maneira de nos defendermos e de vencermos esta luta é sermos igualmente ferozes, e ainda melhor organizados. É necessário construir a luta nos locais de trabalho, nos bairros, e nas nossas comunidades. E é necessário organizar a nossa luta numa força unificada capaz de lutar pela tomada de poder – o partido revolucionário.

### Defendemos:

- Regularização de todos os trabalhadores em Portugal, imigrantes e descendentes de imigrantes, com direitos iguais aos cidadãos portugueses e dando a cidadania portuguesa a todos aqueles que a desejem.
- Revogação das leis racistas dos Estrangeiros, da Nacionalidade e do Retorno.
- Abolição imediata da AIMA e das forças policiais - constituição de milícias de trabalhadores para nos defendermos da violência estatal e fascista.
- Expropriação dos patrões e senhorios que nos exploram - coletivização dos latifúndios e nacionalização das grandes empresas sob controlo dos trabalhadores.

### Junta-te à Esquerda Revolucionária e vem construir o partido revolucionário!

### Imigrante ou nacional - uma só classe trabalhadora!





# CAPITALISTAS E O SEU GOVERNO PÕE-NOS A PAGAR A FATURA DA GUERRA IMPERIALISTA

Rafael Freire - Esquerda  
Revolucionária

Quando a 28 de Fevereiro, os EUA e Israel iniciaram uma guerra imperialista contra o Irão e este respondeu com o bloqueio do estreito de Ormuz, por onde passam cerca de 20% do abastecimento mundial de combustível, não demorou muito até que quase todos nós pudéssemos sentir ou prever o aumento dos custos dos combustíveis, alimentos e outros bens essenciais.

Enquanto o gasóleo leva um aumento acumulado de 35 cêntimos e a gasolina quase 20, os lucros da Galp dispararam 41% para uns 272 milhões de euros no primeiro trimestre. O cabaz alimentar atingiu valores recorde de 257,95€ que leva também a um crescimento de pedidos de ajuda no Banco Alimentar. Estes aumentos deram muitas alegrias aos acionistas da Galp, da Gerónimo Martins e tantos outros capitalistas, mas asfixiam-nos, trabalhadores, já esmagados pelo preço das casas, que em 2025 aumentou perto de 25%, o maior aumento em 40 anos.

## Monopólios das energias e alimentação praticam inflação especulativa muito acima dos efeitos da guerra

Os aumentos em Portugal são os mais altos da Zona euro e destacam-se em particular em relação ao vizinho Estado Espanhol onde a gasolina está meio euro mais barata, o gasóleo 43 cêntimos e a botija de gás fica por metade do preço, num país onde o salário mínimo mensal é 300€ brutos mais elevado que por cá.

Na verdade a esmagadora maioria do petróleo e gás importados para Portugal não vêm sequer do Médio Oriente, mas antes do Brasil, EUA, Rússia e Norte de África. O que será que explica então estes aumentos? Apenas a ganância especulativa das grandes empresas de energias que querem encher os bolsos com a desculpa da guerra

imperialista.

Galp, BP, Repsol e Cepsa detinham em 2020 mais de 60% dos postos de combustível do país. A proeminência deste cartel facilita a especulação que utiliza este tipo de conflitos como mais um motivo aparentemente válido para subir preços durante crises que “nos impactam a todos”. Ao contrário de qualquer família trabalhadora que vê as suas finanças reduzidas após as compras do mês, estas multinacionais vêm lucros crescer mês após mês, ano após ano.

É certo que a energia é a base da produção industrial e transporte e que quando é impactada desta forma, os custos todos os sectores aumentam, levando assim aos aumentos daquilo que acabamos por ter que comprar e trazer para nossas casas. Mas os aumentos da alimentação são exagerados pela mesma razão.

Também na alimentação o mercado é monopolista, controlado em mais de 80% por apenas 6 grupos: Continente, (Sonae), Pingo Doce (Jerónimo Martins), Lidl (Schwarz), Mercadona, Intermarché (Os Mosqueteiros) e Auchan (a que agora pertence também o Minipreço). Enquanto as centenas de produtores continuam a vender relativamente barato, muito graças a subsídios do Estado e à sobreexploração de mão-de-obra muitas vezes imigrante e em regime de escravidão, as grandes empresas de distribuição atuam como cartel para aumentar os preços e ficam com a fatia de leão dos lucros, condenam-nos à miséria.

## O governo intervém para salvar os capitalistas enquanto abandona a classe trabalhadora. Para controlar os preços é preciso derrubá-lo e nacionalizar estes sectores

A resposta do governo, perante uma classe trabalhadora esmagada pelos aumentos especulativos dos capitalistas, foi apenas diminuir o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP), devolvendo aos consumidores o que

arrecadaria com o IVA.

Mas o que sempre acontece com medidas de alívio puramente fiscais é as empresas aumentarem os preços para o mesmo valor e porém ao bolso a diferença que iria para os cofres do Estado.

Vi-mo-lo na aplicação do IVA 0 da alimentação durante a guerra da Ucrânia - em pouco tempo o preço dos alimentos já estava no mesmo valor - e estamos a voltar a vê-lo agora: o “preço eficiente” dos combustíveis continua acima dos 2 euros. São as grandes empresas quem ganham com estas políticas, não a população.

Para além disto, reduzir o imposto é perder o dinheiro que entraria nos cofres públicos e seria investido no país, e em vez disso ter esse dinheiro a aumentar os lucros das grandes empresas.

Mas se para a classe trabalhadora o governo não concebe gastar um único cêntimo - aplicando uma medida de “neutralidade fiscal” - já para a burguesia há uma transferência de 600 milhões de euros. O nosso Luís dos Bosques ao contrário mostra-nos o famoso truque de magia da transferência de dinheiro que deveria ser investido na nossa infraestrutura, nas nossas reformas, na nossa saúde e educação, para as contas das grandes empresas.

Já temos exemplos que cheguem de uma burguesia que lucra milhões às custas dos sacrifícios da classe trabalhadora. Se não queremos pagar a nova crise capitalista que se está a desenvolver temos que fazer com que o Luís deixe de trabalhar para o capital e passarmos a ser nós trabalhadores a controlar a produção. Nacionalizemos estes sectores, as empresas de transporte, as terras dos grandes terratenentes.

Nacionalizemos a banca pois é onde está a maior parte da riqueza e onde a burguesia financeira faz milhões de lucros diariamente há já vários anos. Com isso, aumentemos os salários para sairmos da miséria! Se uma vida digna se paga com 1600€ líquidos, é esse o salário mínimo que precisamos. Um país tornado resort em que os detentores de

capital e seus herdeiros é que podem usufruir enquanto quem colocou os tijolos, quem alcatroou as estradas, quem formou os engenheiros e os enfermeiros expulsos para lá das fronteiras, não consegue pagar um quarto com mais que meia-dúzia de metros quadrados ou as contas ao fim do mês.

Os trabalhadores sofrem as escolhas pró-capitalistas de investimentos feitos no passado. Para que os dirigentes da Brisa e de outras empresas que fazem manutenção de autoestradas pudessem encher os bolsos, Portugal foi criando e investindo cada vez mais na rodovia em oposição aos caminhos de ferro. O transporte rodoviário consome muito mais energia e mão-de-obra do que o ferroviário, para além de ser muito mais poluente, um problema que se revela com particular agudez nas crises energéticas. É necessário fazermos a transição energética para energias limpas, através também do investimento massivo na ferrovia.

Um governo que deixa a população à mercê dos céus durante tempestades de proporções catastróficas, que deixa bebês nascerem sistematicamente em ambulâncias, que esconde de onde vem o dinheiro dos seus partidos e os trabalhos das suas empresas, deverá ser despedido por justa causa. Um pacote laboral que faz os patrões salivar com a ideia de mandar os seus funcionários para a rua para poder recontratar a preços de saldo, deveria ser a gota d'água de um governo que só chove no molhado.

Ao governo do capital que nos ataca todos os dias seja com a retirada de direitos ou com roubos descarados temos de responder com a greve geral para o derrubar.

# NOTAS DE TROTSKY SOBRE A GREVE GERAL DE 1926 NO REINO UNIDO



## A Greve Geral necessita de uma direção revolucionária

A greve geral é a forma mais aguda da luta de classes. Da greve geral à insurreição armada há apenas um passo. É precisamente por isso que a greve geral, mais do que qualquer outra forma de luta de classes, exige uma direção clara, distinta, resoluta e, portanto, revolucionária. Na greve atual do proletariado britânico não há nem sequer o espectro de tal direção, e não é de esperar que possa ser improvisada do nada.

O Conselho Geral do Congresso dos Sindicatos iniciou-se com a ridícula declaração que a atual Greve Geral não representava uma luta política e que não constituía, de forma alguma, um ataque ao poder estatal dos banqueiros, industrialistas e senhores, ou ao sacrossanto parlamentarismo britânico. Esta declaração de guerra, a mais leal e submissa, não parece, no entanto, minimamente convincente para o governo, que sente os verdadeiros instrumentos do poder a escaparem-se-lhe das mãos sob o efeito da greve.

O poder estatal não é uma “ideia”, mas aparato material. Quando o aparelho governativo e repressivo fica paralisado, o próprio poder de Estado fica paralisado. Na sociedade moderna, ninguém pode manter o poder sem controlar as ferrovias, as frotas, os correios, os telégrafos, as centrais elétricas, o carvão e assim por diante. O facto de MacDonald e Thomas terem jurado renunciar a quaisquer objetivos políticos pode caracterizá-los pessoalmente, mas de modo algum caracteriza a natureza da Greve Geral, que, se levada até ao fim, coloca à classe revolucionária a tarefa de organizar um novo poder de Estado.

Porém, aqueles mesmos que, pelo curso dos eventos, foram colocados “à frente” da Greve Geral, combatem-na com toda a força. E é esse o principal perigo. Gente que não queria a Greve Geral, que nega a natureza política da Greve Geral, e que teme acima de tudo as consequências de uma greve vitoriosa, inevitavelmente orientarão todos os seus esforços para a manter dentro dos limites de uma semigreve semipolítica, isto é, para a castrar.

Temos de encarar os factos: os principais esforços dos dirigentes oficiais do Partido Trabalhista e de um número considerável de dirigentes oficiais dos sindicatos não se dirigirão para paralisar o Estado burguês por meio da greve, mas para paralisar a Greve Geral por meio do Estado burguês.

O governo, na forma dos seus conservadores mais intransigentes, sem dúvida quererá provocar uma guerra civil de pequena escala para obter a oportunidade de aplicar medidas de terror antes de a luta se desenvolver plenamente e, assim, fazer recuar o movimento.

Ao privarem a greve de um programa político, ao dispersarem a vontade revolucionária do proletariado, e ao conduzirem o movimento a um beco sem saída, os reformistas empurram assim grupos isolados de trabalhadores para o caminho das revoltas descoordenadas. Nesse sentido, os reformistas vão ao encontro dos elementos mais fascistas do Partido Conservador. Aí reside o principal perigo da luta agora em curso.

## As tarefas dos revolucionários na Greve Geral

Este não é o momento para prever a duração, o curso e muito menos o desfecho da luta. Tudo deve ser feito à escala internacional para ajudar os combatentes e melhorar as suas hipóteses de êxito. Mas é preciso reconhecer claramente que tal êxito só será possível na medida que a classe trabalhadora britânica, no processo de desenvolvimento e intensificação da Greve Geral, entenda a necessidade de mudar a sua direção e se mostre à altura de tal tarefa.

Há um provérbio estado-unidense que diz que não se pode trocar de cavalo a meio do rio. Mas esta sabedoria prática só é verdadeira dentro de certos limites. O rio da revolução nunca foi atravessado no cavalo do reformismo, e a classe que entrou na luta sob uma direção oportunista será obrigada a mudá-la sob o fogo do inimigo. A atuação dos elementos verdadeiramente revolucionários do proletariado britânico, e sobretudo dos comunistas, é determinada por isto. Defenderão por todos os meios a unidade de ação de massas, mas não permitirão nem sequer a aparência de unidade com os dirigentes oportunistas do Partido Trabalhista e dos sindicatos.

Uma luta implacável contra todo e qualquer ato de traição ou tentativa de traição, e a denúncia sem piedade das ilusões reformistas, são os principais elementos do trabalho dos participantes genuinamente revolucionários na Greve Geral. Isto não só ajudará a tarefa fundamental e prolongada de formar novos quadros, sem a qual a vitória do proletariado britânico é inteiramente impossível, como também contribuirão diretamente para o

êxito desta greve, aprofundando-a, revelando as suas tendências revolucionárias, afastando os oportunistas e fortalecendo a posição dos revolucionários. Os resultados da greve, tanto imediatos como mais remotos, serão tanto mais significativos quanto mais resolutamente a força revolucionária das massas varrer os obstáculos erguidos pela direção contrarrevolucionária.

A greve, por si só, não pode alterar a posição do capitalismo britânico, e em particular da indústria do carvão, no mercado mundial. Isso exige a reorganização de toda a economia britânica. A greve é apenas uma expressão aguda dessa necessidade. O programa de reorganização da economia britânica é o programa de um novo poder, de um novo Estado e de uma nova classe. A importância fundamental da Greve Geral reside em colocar a questão do poder sem rodeios. Uma verdadeira vitória para a Greve Geral consiste apenas na conquista do poder pelo proletariado e no estabelecimento da ditadura do proletariado.

Dada a insolvência do capitalismo britânico, a Greve Geral é, mais do que em qualquer outro momento, incapaz de se transformar num veículo de reformas ou de ganhos parciais. Mais concretamente, mesmo que os proprietários das minas ou o governo façam esta ou aquela concessão económica sob a pressão da greve, tal concessão não poderia, dadas as circunstâncias gerais, ter um significado profundo, muito menos duradouro.

## A Greve Geral avançará a luta de classes

Isto não significa, no entanto, que a greve atual enfrente a dicotomia do tudo ou nada. Se o proletariado britânico tivesse uma direção que correspondesse, ainda que aproximadamente, à sua força de classe e à maturidade das condições, o poder passaria das mãos dos conservadores para as mãos do proletariado no prazo de poucas semanas. Mas não se pode contar com tal desfecho. Isto também não significa que a greve seja inútil. Quanto mais amplamente se desenvolver, quanto mais fortemente abalar as fundações do capitalismo, e quanto mais afastar os líderes traidores e oportunistas, mais difícil será para a reação burguesa passar à contraofensiva, menos sofrerão as organizações de trabalhadores, e mais cedo virá a etapa seguinte, mais decisiva, da luta.

A colisão atual entre classes será uma lição tremenda e terá consequências

imensuráveis para lá dos seus resultados imediatos. Ficará claro para toda a classe trabalhadora britânica que o parlamento é impotente para resolver as tarefas fundamentais e mais vitais do país. A questão da salvação económica da Grã-Bretanha passará, doravante, a surgir perante o proletariado como uma questão de conquista do poder. Todos os elementos pseudopacifistas intervinientes, mediadores e conciliadores sofrerão um golpe mortal.

O Partido Liberal, por mais que os seus dirigentes se contorçam e tentem escapar, sairá de tal provação ainda mais significante do que nela entrou. Dentro do Partido Conservador, os elementos mais intransigentes ganharão predominância. No seio do Partido Trabalhista, a ala revolucionária ganhará em organização e influência. Os Comunistas avançarão decisivamente. O desenvolvimento revolucionário da Grã-Bretanha dará um passo gigantesco em direção ao seu desfecho.

À luz da poderosa onda grevista em curso, as questões de reforma e revolução, de desenvolvimento pacífico e do uso da força, de reformas e ditadura de classe, apoderar-se-ão da consciência dos trabalhadores britânicos, nas suas centenas de milhares e milhões, com toda a sua acuidade. Disso não pode haver dúvida. O proletariado britânico, mantido pela burguesia e pelos seus agentes fabianos num estado de aterrador atraso ideológico, avançará agora como um leão. As condições materiais na Grã-Bretanha há muito que estão maduras para o socialismo. A greve colocou na ordem do dia a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário. Se a própria greve não produzir essa mudança, aproximá-la-á muito mais. A data exata não a podemos dizer. Mas devemos estar preparados para que seja cedo.

Lê o artigo completo em [esquerdarevolucionaria.net](http://esquerdarevolucionaria.net)



# Contra os ataques do governo ORGULHO REVOLUCIONÁRIO!

## Livres e Combativas e Esquerda Revolucionária

Desde que chegou ao poder, o Governo de Montenegro tem marcado a sua agenda com todo o tipo de ataques reacionários à classe trabalhadora, às comunidades imigrantes, e também às pessoas queer.

Logo em 2024, no congresso do PSD, no seu primeiro ano de mandato, Montenegro jurou “libertar” a disciplina de Cidadania das “amarras ideológicas e de fação”, para aplauso retumbante da sua audiência. Ao longo do seu mandato, a retórica do Governo e do PSD tornou-se indistinguível da de extrema-direita, apelidando toda e qualquer identidade que se demarque da heteronormatividade como “ideologia de género”, um termo politicamente carregado que deixa implícita uma capacidade para nos “corrigir” e, se necessário, suprimir.

Tudo o que este governo dos patrões e dos senhorios tem para oferecer às pessoas queer é violência e discriminação. Quanto mais tempo permitirmos que permaneça no poder, mais sofreremos e mais direitos perderemos. Torna-se imperativo que, neste momento de grande luta de ruas, marcado pela greve geral, nos juntemos ao movimento dos trabalhadores e trabalhemos pelo derrube deste governo.

### O ataque à autodeterminação de género foi o primeiro golpe

O maior ataque do governo, até agora, contra as pessoas queer veio em março, com a aprovação na Assembleia da República de legislação de ataque à autodeterminação de género das pessoas trans e intersexo. O novo regime para alterar o nome e género no Registo Civil volta a exigir um atestado médico, assente no diagnóstico de “perturbação de identidade de género”.

Esta lógica patologizante que trata as identidades de género como doença abre imediatamente caminho para o próximo ataque vindo da direita. 17 mil reacionários assinaram a petição “Pelo Fim da Ideologia de Género”, que apela à Assembleia da República revogar a lei de 2024 que ilegalizou as chamadas terapias de

conversão sexual, autênticas técnicas de tortura, à base de eletrochoques, medicação indutora de náusea e vômitos, privação alimentar, e chegando mesmo a lobotomias, tudo isto levado a cabo para tentar “curar” pessoas queer, suprimindo e reprimindo a sua sexualidade.

Estas práticas já foram repetidamente condenadas por organizações médicas internacionais, que negam qualquer realidade clínica ao seu “tratamento”, mas nos países em que esta ainda não foi ilegalizada a sua prevalência é temível. Nos EUA, quase 700 mil pessoas queer foram vítimas destas torturas, às mãos das famílias e igrejas e outras organizações reacionárias, com mais de 1000 centros de conversão operando no país. Em Portugal, antes da sua ilegalização, 22% de pessoas queer inquiridas admitiram ter sido alvo de tentativas de “conversão sexual”.

É este o futuro que nos espera, se permitirmos que este Governo se perpetue. Voltar-se-á a aprofundar a violência, sistémica e institucional, contra as nossas vidas, e far-se-ão todos os esforços para nos impor a heteronormatividade, para nos fazer regressar ao armário.

### Precisamos de Construir um Orgulho Revolucionário

A facilidade com que a direita parlamentar e o Governo desmantelam as conquistas que o movimento feminista e queer conseguiu durante os governos do PS, à força das grandes mobilizações de ruas levadas a cabo durante esse período, demonstra a fragilidade de todos os nossos direitos sob o capitalismo.

A promessa reformista de que era possível, através das instituições do Estado, e de campanhas voltadas para estas, conquistar aos poucos reformas por mais direitos, e mantê-las daí em diante, volta a mostrar os seus limites. Batalhas que pareciam estar ganhas voltam a ser combatidas quando se vira o panorama eleitoral, e direitos que tinham sido conquistados pela força das ruas perdem-se por votos parlamentares, depois das direções dos movimentos que os conquistaram terem apostado no parlamentarismo, e esvaziados

as ruas.

Se é verdade que o capitalismo, nos seus períodos mais rosados, se permite a dar algum alívio à nossa miséria, tais melhorias nunca sobrevivem a um período de crise, como o que estamos a viver agora, e a violência redobra-se. A concentração atual de forças no parlamento, e a ruína dos partidos de esquerda institucionais, que durante anos desviaram as forças do movimento queer para as suas campanhas eleitorais, sob a promessa de que a sua vitória significaria a melhoria das nossas vidas, fazem com que seja inviável apelar a qualquer instituição para que salve os nossos interesses. Temos de ser nós a lutar por estes, como sempre o fizemos.

Ao mesmo tempo, revela-se também a futilidade do esforço assistencialista a que, ao longo dos anos, a vasta maioria dos recursos do ativismo LGBTI+ foram dedicados. Tentar salvar, caso a caso, dia a dia, a vida de jovens queer, que se veem maltratados pela família e alienados pelo Estado é claramente insuficiente, principalmente quando os ataques continuam a escalar, e a perseguição à juventude queer acelera a cada dia que passa. Já em 2023 estimava-se que 20 a 40% das pessoas queer em Portugal estariam em situação de sem-abrigo. Desde então, a crise da habitação só se tem vindo a aprofundar, pelo que se poderá assumir que esse número apenas terá aumentado. Entretanto, organizações como a ILGA, no seu relatório de atividades, falam de apenas conseguir providenciar apoio a dezenas de pessoas. Uma gota num oceano.

Não podemos continuar a correr atrás do prejuízo. Temos de nos organizar militantemente de forma a dar luta a estes retrocessos e conquistar, de forma definitiva, a nossa emancipação. E isso não pode ser feito senão por via de uma revolução socialista.

### Se queres libertação queer, luta pelo socialismo!

A luta das pessoas queer pela libertação não pode ser pensada fora da lógica da luta de classes. Em todas as suas fases – quer na luta imediata contra os ataques deste

governo, nas campanhas mais prolongadas pela saúde, a habitação e a educação, e no seu objetivo pleno do derrube do sistema capitalista que nos oprime e a construção de uma sociedade socialista, livre de todas as opressões, os objetivos das pessoas queer trabalhadoras são os objetivos de toda a classe trabalhadora. A nossa luta é uma e a mesma.

Neste momento histórico da luta de classes, a palavra de ordem que a classe trabalhadora em Portugal tomou para si é a da greve geral. Após a força demonstrada na greve geral de 11 de dezembro ficou claro que esse é o caminho a seguir para enfrentar os ataques deste governo dos patrões.

Torna-se necessário, na construção de um movimento de orgulho revolucionário, não só aderirmos e participarmos com todas as nossas forças na greve geral, mas também dinamizá-la, trazendo-a às comunidades oprimidas com quem partilhamos as lutas, em particular os trabalhadores imigrantes, e aprofundar o carácter combativo e insurgente desta greve, apelando a uma greve consequente que não dê tréguas ao governo até o derrubar, e ponha fim aos ataques da extrema-direita.

A luta pelo socialismo é também a luta pela libertação queer. E essa luta será nas ruas, na greve geral e nas demais mobilizações massivas da classe trabalhadora contra as injustiças do sistema capitalista. Temos de participar ativamente nessa luta, como elementos combativos e de liderança – e para conseguirmos agir de tal forma, temos de estar organizados no partido revolucionário, capaz de levar a luta em frente e colocar em cima da mesa a luta pelo poder e pela construção do socialismo.

### Junta-te à Esquerda Revolucionária e vem construir o partido revolucionário!

### O primeiro passo para a libertação começa com a organização!



**ESQUERDA  
REVOLUCIONÁRIA**

Junta-te à **ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA** e constrói connosco para as forças do comunismo revolucionário!

[www.esquedarevolucionaria.net](http://www.esquedarevolucionaria.net) • [geral@esquedarevolucionaria.net](mailto:geral@esquedarevolucionaria.net)

[@EsqRevPT](#) • [@LivCombat](#) • [@SindEstud](#)

